

A LIGA: Crônicas dos Presídios e a Representação da Mulher Encarcerada

Flávio Bispo dos Santos ¹
Graduando em História pela Universidade Federal do Sul da Bahia

Resumo: Em 2015, a emissora de televisão Bandeirantes trouxe ao ar a série de quatro episódios de título “A Liga – crônicas dos presídios”. A ideia era “retratar” o modo como viviam as pessoas submetidas ao cárcere. Para isso, a repórter Mariana Weickert e Thaíde Gonçalves ficaram responsáveis por entrevistar nos presídios Maria Júlia Maranhão e Geraldo Beltrão homens e mulheres privados de liberdade. Contudo, no decorrer do programa ficou nítido que o conteúdo dos questionamentos mudava de acordo com o gênero da pessoa entrevistada. No presídio feminino, as perguntas tinham como intuito fazer com que as entrevistadas entrassem em detalhes acerca da prática criminosa, o que denota o caráter racista e sexista a que está embebido a sociedade brasileira. A partir disso, temos como problema de pesquisa: como a condução diferenciada dos questionamentos serviu para construir uma imagem negativa das entrevistadas e como prejudica suas autopercepções e do grupo ao qual pertence, na medida que também esconde uma violência de gênero e raça. Assim, este trabalho busca analisar a representação da mulher negra no programa “A Liga” e identificar como o racismo/sexismo influenciaram nas indagações feitas. Para alcançar tal fim, o programa será analisado de forma qualitativa, alinhado também com o método de análise do discurso.

Palavras-chave: Televisão. Mulheres. Encarceradas. Narrativa. Racismo.

THE LEAGUE: Prison Chronicles and the Representation of Incarcerated Women

Abstract: In 2015, the television network Bandeirantes aired a four-episode series titled “A Liga – Prison Chronicles.” The idea was to portray how people lived under incarceration. For this, reporters Mariana Weickert and Thaíde Gonçalves were responsible for interviewing men and women deprived of liberty in the Maria Júlia Maranhão and Geraldo Beltrão penitentiaries. However, as the program progressed, it became clear that the questions changed according to the gender of the interviewee. In the women’s prison, the questions aimed to make the interviewees go into detail about their criminal acts, revealing the racist and sexist nature embedded in Brazilian society. From this, the research problem arises: how the different ways of questioning helped build a negative image of the women interviewed and how this harms their self-perception and that of their group, while hiding gender and racial violence. Thus, this paper seeks to analyze the representation of Black women in the program “A Liga” and identify how racism and sexism influenced the questions asked. To achieve this, the program will be analyzed qualitatively, using discourse analysis as the method.

Keywords: Television. Incarcerated Women. Narrative. Racism.

INTRODUÇÃO

¹ Aluno em História pela Universidade Federal do Sul da Bahia. E-mail: flaviosantostvc@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-6844-3287>.

Criado pela produtora Argentina *Eyeworks* e sob a direção de Sebastián Gadea, o programa “A Liga” estreou no Brasil no ano de 2010 através da rede televisão bandeirantes, sendo no mesmo ano vencedor do Prêmio APCA — Associação Paulista de Críticos de Arte — como melhor programa jornalístico. Nas sete temporadas exibidas, o programa teve como premissa retratar temas que fazem parte do cotidiano brasileiro. Cinco anos após sua estreia, a atração televisiva trouxe ao ar a sua terceira temporada intitulada “A Liga - crônicas dos presídios”, essa que adiante ser nosso objeto de análise.

A proposta dessa nova temporada foi a de cruzar os muros das penitenciárias estaduais da Paraíba, Geraldo Beltrão e Maria Julia Maranhão, com o intuito de retratar como as pessoas submetidas ao cárcere *sobreviviam* detrás das celas. O estabelecimento prisional Geraldo Beltrão, fundado no ano de 1945 e tido como de segurança máxima, é voltado para pessoas do “sexo masculino” e nele o responsável pelo andamento das entrevistas foi o repórter Thaíde Gonçalves, entrevistador em “A Liga” entre os anos de 2010 e 2016.

Altair Gonçalves, conhecido como Thaíde, nascido em São Paulo (SP), é rapper, apresentador e ator. Na televisão participou da série “Antônia” (2006), do reality “*Power Couple Brasil*” (2017) e atualmente é jurado no programa “Canta Comigo” (2018-2025). Em 2007 foi premiado como melhor ator por sua atuação em “Antônia”. No meio musical, Thaíde possui trabalhos como: “Caboclinho Comum” (2005), “Thaíde Apenas” (2007), “Malandragem é viver!” (EP) (2014), “Pra Cima” (Remix Single) (2015), “Vamo que vamo que o som não pode parar” (2017) etc. Para as entrevistas no presídio, Thaíde veste camisa polo cinza, calça jeans e não está com acessórios.

Já no presídio destinado ao cumprimento de pena por pessoas do “sexo feminino”, o Centro de Reeducação Feminino Maria Júlia Maranhão, inaugurado no ano de 1999, as entrevistas foram realizadas pela repórter Mariana Weickert, que passou a fazer parte de “A Liga” no ano de 2013, permanecendo até a data de encerramento do programa em 2016.

Mariana Müller Weickert, mulher, loira, com mais de 1.80m de altura, nasceu em Blumenau (SC), atuou como modelo e é apresentadora, na televisão participou dos projetos: MTV Pé na areia (2005), GNT fashion (2008-2010), GNT Desafio de beleza (2014-2018), GNT S.O.S Salvem o salão (2015-2018) etc. Como modelo, mudou-se em 1996, aos quatorze anos, para trabalhar na Europa, lá desfilou pelas grifes *Alexander McQueen, Calvin Klein, Chanel, Ralph Lauren, Gucci, Roberto Cavalli, Stella McCartney, Marc Jacobs, Givenchy, Louis Vuitton, Versace, Fendi e Armani*. Nas crônicas dos presídios, em sua primeira aparição, Mariana aparenta estar sem maquiagem, veste uma blusa preta com detalhes em renda, calça jeans e sandália *rasteirinha*, no braço uma pulseira discreta e brincos também discretos.

Já os personagens das crônicas são homens e mulheres que vivem no interior de uma sociedade que não poderá se consolidar como democrática, haja visto que conserva em seu interior uma estrutura colonial, de ordem racial (Segato, 2018, p. 287). Este arranjo permite que atualmente no Brasil 83,8% dos juizes sejam brancos, ao passo que as pessoas negras ocupam somente 14,5% (1,7% pretos; 12,8% são pardos). Percebamos que a lógica pautada na raça é eficaz para conservar a branquitude em cargos de poder, também o sendo para aglomerar dentro de celas inadequadas para sobrevivência corpos alvos do processo de *reiteração* da raça (Salih, 2018, p. 128).

Pensando com Rita Segato (2018, p. 287), a estrutura colonial atua como um elemento impossibilitador do acesso de pessoas negras a cargos associados à “alta complexidade cognitiva”. Essa lógica sustenta uma prática reiterativa: a produção de discursos herdados do período escravagista que ainda hoje confinam pessoas negras a funções socialmente pré-determinadas.

Os “autores” das crônicas são pessoas negras que fazem parte dos 70% dos presos no país, ou seja, dos mais de 850 mil presos, 470 mil são pessoas negras, como aponta a pesquisa da Agência Brasil no ano de 2023. São pessoas as quais a forma de *representação primária* não foi alterada com o advento da “liberdade” que a lei de 1888 estava a conferir ao povo preto e,

consequentemente, aos seus descendentes. Sendo essa representação a construção simbólica de um imaginário que, ao preceder, toma a cor da pele como fundamento para opressão e, neste caso, é o que baseia a seletividade penal no território brasileiro.

As pessoas que estão diante de Weickert e Gonçalves são a encarnação dos dados apresentados pela Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN), tais dados mostram que 78,78% dos presos na Paraíba são pessoas negras, ou seja, dos 12.333 mil presos no Estado, 9.716 mil eram pessoas que se declararam pretas ou pardas, ao passo que presos brancos representavam 20,19%, amarelos 0,64%, indígenas 0,08% e não informado 0,31%. À luz destes dados, se fizermos o recorte de gênero, perceberemos que, dentro dos seus respectivos grupos raciais, mulheres negras presas representam o total de 5,43%, ao passo que mulheres brancas representam 3,9%.

Ao calcular a quantidade de mulheres negras encarceradas, os dados não deixam transparecer que o aprisionamento dessas mulheres ocorre *dentro* e *fora* do sistema prisional, haja vista que quando um ente querido é alvo da arbitrariedade do sistema penal branco, elas se desdobram para poder visitá-lo e buscar meios de livrá-lo do cárcere. A elas não é possível perceber que estão também privadas de liberdade, haja vista todo esforço que empregam para a conquista da *liberdade*.

Essas mulheres as quais Carla Akotirene (2023, p. 162) chama de *mães de família* que são, antes de qualquer vínculo sanguíneo, aquelas que estabelecem uma ligação afetiva com uma outra pessoa, são mulheres que, por uma ética da *co(i)munidade*, desempenham o papel de maternagem para a criança de uma outra mãe que precisou ir em busca do sustento ou da liberdade de alguma parte sua que foi “pega” pela força seletiva do Estado, por exemplo.

A elaboração deste trabalho nasce da inquietação com a forma como mulheres negras são tratadas quando em situação de encarceramento. Em diversos espaços — jurídicos, sociais, midiáticos — suas histórias são

silenciadas ou narradas sob a lógica do estigma e da culpabilização. O que me motivou foi observar como esses discursos as posicionam como sujeitas fora da norma, desvinculadas da dignidade e da complexidade de suas trajetórias. A escolha pelo programa “A Liga” partiu do impacto causado pelas diferenças evidentes entre as perguntas direcionadas a homens e mulheres em cárcere, o que me levou a questionar como o racismo e o sexismo se entrelaçam na produção de uma imagem abjeta da mulher negra encarcerada. Este trabalho, portanto, surge da urgência de denunciar essas narrativas e compreender os mecanismos que as sustentam.

Para investigar essas representações, optei por uma abordagem metodológica qualitativa, por entender que ela permite captar sentidos, significados e práticas sociais que não são imediatamente mensuráveis. Conforme Cecília Minayo (1994), a pesquisa qualitativa é indispensável quando se busca compreender a profundidade dos fenômenos sociais e simbólicos, especialmente aqueles atravessados por desigualdades estruturais. Assim, este trabalho tem como objetivo geral analisar a representação da mulher negra no programa “A Liga”, focando nas formas como suas imagens são (re)construídas. Como objetivos específicos, busca-se identificar como o racismo e o sexismo influenciaram nas perguntas dirigidas às mulheres entrevistadas e refletir sobre os efeitos dessas construções discursivas no imaginário social sobre mulheres negras presas.

A partir dessa abordagem, utilizei a análise do discurso como método de leitura crítica das entrevistas e dos enquadramentos midiáticos. Como propõe Eni Orlandi (2001), o discurso é atravessado por ideologias e relações de poder, e não pode ser separado das condições históricas e sociais que o produzem. Com isso, torna-se possível analisar como os discursos presentes em “A Liga” não apenas refletem, mas produzem significados sobre essas mulheres, reforçando a imagem da mulher negra encarcerada como um ser desviante e indigno de escuta legítima. Inspirando-se também nas reflexões de Michel Foucault (1996) sobre poder, o trabalho propõe uma leitura crítica das formas como essas narrativas constroem regimes de visibilidade e

exclusão que afetam diretamente a forma como as entrevistadas percebem a si e a suas semelhantes.

As análises qualitativa e do discurso foram escolhidas por permitir compreender tanto as práticas narrativas específicas quanto os significados ideológicos subjacentes. A abordagem qualitativa aproxima-se dos contextos e interpretações dos sujeitos (Minayo, 1994, p. 21), enquanto a análise do discurso revela como poder, racismo e sexismo se manifestam nas estruturas simbólicas dos textos (Orlandi, 2001; Foucault, 1996). Assim, essa metodologia possibilita uma leitura crítica que vai além da superfície, identificando como as narrativas reforçam estigmas sobre a mulher negra encarcerada

A pesquisa presente, portanto, possui como norte mostrar como dentro dos presídios masculino e feminino as entrevistas são feitas de modo a apresentar ao telespectador uma narrativa estereotipada em torno das *corporeidades-negras-femininas-conscientes* e, considerando a bifurcação presente no ato de narrar as crônicas pelo programa, torna-se necessário lê-lo de modo a perceber a existência de uma violência explícita que serve como pano para ocultar a formação subjetiva que ele impõe ao telespectador e às entrevistada mais especificamente. Considerando isso, interessa a este trabalho mostrar também como dentro do presídio Maria Júlia Maranhão as entrevistas são conduzidas de modo a acentuar os atos cometidos pelas mulheres, fato que não é verificado no presídio masculino, funcionando esse movimento para, além de construir uma imagem negativa das entrevistadas, mostrar como vivemos em uma sociedade patriarcal e misógina onde a mulher negra é o Outro do Outro.

“VAZIA?” A CONSTRUÇÃO DA MULHER NEGRA

Para ter acesso ao corredor onde ficam dispostas as celas, Weickert precisou cruzar o portão principal e um outro intermediário da penitenciária. Ao entrar no corredor onde ficam as celas, a repórter diz que irá àquela de número dois, logo após, surge a narração de Thaíde: “aqui estão reunidas as



assassinadas mais perigosas do presídio, e nas mãos dessas mulheres qualquer objeto pode virar uma arma”. Com o fim da narração, a primeira cena é de Ana Paula, uma das entrevistadas, com um pente nas mãos encenando como ela poderia transformar aquele objeto em uma faca para perfurar alguém: “a raiva é que faz a arma, pa, pa, pa! Pagar aqui minha filha só aqui você vai...”. Segundo outra narração de Thaíde: “profissional do crime, Ana Paula, aprendeu a roubar e se drogar na adolescência. Não pretende se aposentar, já esteve no semiaberto, fugiu e foi recapturada”.

A apresentação que Thaíde faz da entrevistada serve para confirmar que na sociedade patriarcal em que vivemos, as mulheres continuam vigiadas, controladas e silenciadas por homens, eles permanecem roubando suas vozes e assumindo o *corpus* do desejo feminino, ditando aquilo que é ou não adequado (Despentes, 1969, p. 15). Tal configuração patriarcal na qual a sociedade brasileira está envolvida é fruto de uma lógica que não nos pertence, é legado ocidental que continua formando subjetividades a partir dos arranjos da colonialidade. Esse legado permite que Thaíde Gonçalves fale antes de Ana Paula e adjective-a como “profissional do crime”, que aprendeu “a roubar e se drogar na infância” e que ela “está na bandidagem disposta a tudo”. Após a fala de Thaíde, é mostrada a entrevistada detrás das grades dizendo: “O crime nos abraça com todos os benefícios, e ai daquele que mexer com a gente”, esse recorte da fala de Ana Paula é exibido pelo programa para servir como confirmação daquilo dito pelo repórter.

É justamente esse processo de produção da mulher negra como figura do excesso que Dina Alves (2019) tensiona em sua análise do sistema de justiça penal. Para a autora, a criminalização do corpo negro feminino não se dá apenas pela ação punitiva do Estado, mas também por meio de discursos que naturalizam sua desumanização. Essas mulheres são frequentemente representadas como frias, animais, e moralmente desvinculadas da ideia de arrependimento, de maternidade ou de reconstrução de si. Alves chama atenção para o fato de que, ao invés de se investigar as condições estruturais que atravessam suas trajetórias, o que se vê é a repetição de uma narrativa



que legitima a punição severa por meio da espetacularização da monstruosidade. Assim, o discurso midiático não apenas narra, mas reafirma o lugar da mulher negra como “Outro” perigoso e descartável.

Dentro do presídio feminino, Mariana inicia a entrevista com Ana Paula, Miguel e outras três mulheres, na ocasião ela pergunta: “você já mataram alguém?”, no momento uma das mulheres diz: “Não, a gente já sobreviveu de alguém vir matar a gente”, imediatamente a repórter interrompe: “Como é a sensação de matar alguém, de tirar a vida de alguém?”. As perguntas que Mariana faz são suficientes para que as entrevistadas se empenhem nos relatos: “Na hora ninguém vê que matou, não. Ai depois vai percebendo”, outra diz que após cometer um assassinato: “eu vou beber cachaça. Vou tomar uma e curtir”, a cada enunciado proferido por aquelas mulheres Mariana faz expressões faciais diversas, coloca a mão na cabeça e tenta fazer com que as mulheres contem mais “histórias”, chegando a perguntar: “E você ia matar ela como?”.

Na sequência, colocando a mão na cabeça, como se estivesse atordoada com todas as falas das entrevistadas, Weickert questiona: “Por que vocês entraram no mundo do crime, vocês lembram quando foi esses primeiros pensamentos assim?”, então Ana Paula responde: “A gente entrou na aventura, a gente era tudo novo, a gente queria descobrir o mundo de um outro jeito, de um jeito mais rápido. A gente achou melhor, aí a gente começou a usar uma droga, daqui a pouco a gente já estava envolvida, daqui a pouco a gente ia para um som e já fazia um assalto, daqui a pouco já brigava, daqui a pouco a gente já estava dentro do crime sem saber”.

O que está a fazer a entrevistada? Descrever como funciona a sociedade neoliberal racista. Sociedade na qual sujeitos negros são despossuídos do acesso a bens materiais e simbólicos, o que faz com que algumas pessoas do grupo, quando excluídas do jogo de gerar capital para quem detém controle dos meios de produção, encontre como um caminho possível para ter acesso ao arcabouço de valor na sociedade, o cometimento de infrações penal. A descrição feita pela entrevistada, no entanto, não é útil



para o projeto que visa o programa, então Mariana prossegue a entrevista sem dar crédito ao que foi dito e lança um outro questionamento a entrevistada: “Como é a vida na cadeia?”, “Cadeia é uma selva, é vários bichos e a lei é uma só, a da sobrevivência, não importa o que vai dar. A gente não pensou que o mundo do crime era assim, mas como a gente já entrou, a gente quer sair, mas não pode”, responde Ana Paula. Em torno das falas da entrevistada há um silêncio constrangedor, a cena muda para a entrevista no presídio masculino.

No presídio Maria Júlia Maranhão, as crônicas que interessam são aquelas que servem para construir uma imagem negativa em torno das entrevistadas. Impulsionar as conversas em torno dos crimes cometidos é uma forma que utiliza para torná-las o oposto, figuras pré-humanas que passam a fazer parte do empreendimento precipuamente “animalizador” e “(des)humanitário” (Mbembe, 2018, p. 31) que é o programa “A Liga”. A intervenção feita por Thaíde e os questionamentos de Mariana, fazem com que as “autoras” passem a ocupar o lugar de abjeção que as tornam ameaçadoras, sanguinárias e sem nenhum tipo de pudor, o que é suficiente para que se torne premente proteger-se delas e na impossibilidade, destruí-las.

Apresentar ao público uma linha argumentativa que acentua os crimes cometidos serve para gerar medo e, em seguida, o desejo de ver aqueles corpos negros infratores padecerem detrás das grades. As entrevistadas são construídas como seres que têm o coração cheio de ódio e que não estão arrependidas dos crimes cometidos: “Os homens erraram feio, estão pagando, de certa forma tentando mudar, ser melhor, conscientes dos seus erros. Mas essas mulheres, tanta maldade, falta de empatia, só pensam em poder, verdadeiras psicopatas”, é o que diz um comentário publicado no *Youtube*², plataforma que hospeda os episódios das crônicas. Outro comentário diz: “os homem levam um ensinamento no coração tristeza e plena

² Comentário feito pelo usuário “@debora123456100”, no canal de *Youtube* onde o vídeo está hospedado. Disponível em: <https://youtu.be/Yy-Lp4VZlb4?si=Ueml8s9DrJ0SU2wK>.

certeza em mudar suas vidas, agora as mulheres tem muita moleza o cara ali pegou 124 anos basicamente agora me diz ai qual foi a mulher com 80 no máximo? são frias e fariam tudo de novo sem arrependimento algum triste”³. Outro sugere um quadro clínico: “A mente dessas mulheres está totalmente cauterizada, não sentem mais o pesar pelo crime. No clínico acredito que estas se encaixem na psicopatia e sociopatia. *Eles não deveriam mais sair da cadeia*” (grifo meu). Esses comentários reverberam o projeto que possui o programa: construir uma imagem negativa em torna das entrevistadas.

Na sequência do programa, Mariana conversa com a agente penitenciária sobre uma pessoa de nome Miguel, em momentos a repórter e a agente se referem a Miguel no masculino, em outros momentos no feminino. Se trata de um homem trans que cumpre pena dentro do presídio Maria Júlia Maranhão, em cela individual. Na conversa com a agente, Mariana questiona se Miguel é “perigosa” e a servidora diz que: “Miguel é *uma reeducanda* problemática. Está sempre arrumando confusão” (grifos meus), então ela mostra à Mariana um eixo de ventilador e alega que ele usara a peça para ameaçar as pessoas. Ao analisar o programa, em vários momentos as colegas de cárcere de Miguel tratam ele no masculino, o que demonstra que Miguel as havia dito o seu pronome de preferência.

Na conversa com Miguel, Mariana pergunta: “Qual foi a última vez que deu algum problema aqui na cadeia, de comportamento?”, ele conta sobre uma colega de cela que dizia, que dentro do presídio, ele “vivia roubando”, então efetuou a tentativa de assassinato dela com um pedaço de lâmpada. A repórter questiona: “Se alguém lhe fizer mal, você vai fazer mal de volta?”, então Miguel responde “vou sim, com certeza”.

Em seu livro “Vigiar e Punir” (2014), Michel Foucault apresenta ao leitor as mudanças em torno da forma de aplicação das penas, deixando-as de incidir sobre o corpo, passam então a agir sobre a alma do acusado. Mas devo advertir, isso não significa dizer que os castigos corporais foram extintos, os

³ Comentário feito pelo usuário “@Aninha-uc4lo”, no canal de *Youtube* onde o vídeo está hospedado. Disponível em: <https://youtu.be/Yy-Lp4VZlb4?si=Ueml8s9DrJ0SU2wK>.

modos de aplicação de penas, como reconhece Foucault, continuam a atingir o corpo do acusado, só que agora somado à subjetivação do sujeito. Nesse sentido, é possível estabelecermos relação entre esse processo de aglutinação dos modos de punir a partir da fala de Miguel: “Nas outras cadeias, quando elas me davam castigo, a direção, eu ficava com meu braço amarrado na grade, 17 dias, 20 dias”, ele mostra à repórter como ficava amarrado nas grades da cela. A punição infligida a Miguel o subjetiva de modo a não mais enxergar sua própria humanidade e inscreve no corpo dele as marcas da amarra.

Ainda de acordo com Foucault (2014), a mudança do objeto alvo de suplício gerou uma situação de segredo entre a justiça e o acusado. A tomada de conhecimento dos castigos corporais infligidos aos condenados, antes feita na presença física do povo, passou a ocorrer somente no plano da linguagem, descolado de uma imagética. No entanto, o avançar das condições tecnológicas permitem que atualmente observadores tomem conhecimento do poder do Estado a partir de suas casas e sintam-se coagidos a não repetir os atos outrora cometidos pelos condenados. Nesse sentido, “A Liga” acaba atuando como um mecanismo de ciência, mostrando à sociedade que aquela pessoa que rompeu a fronteira do gênero e as feminilidades–infratoras estão sendo devidamente castigadas.

A forma como os relatos das presas e de Miguel são extraídos, mostra que o programa não está interessado em compreender “circunstâncias” de suas prisões, antes de tudo ele busca:

Fazer do culpado, em primeiro lugar, o arauto de sua própria condenação. Ele é encarregado, de algum modo, de proclamá-la, e dessa maneira, de atestar a verdade do que lhe foi reprovado: passeios pelas ruas, cartaz que lhe é pendurado nas costas, no peito ou na cabeça para lembrar da sentença; paradas em vários cruzamentos, leitura do documento de condenação, confissão pública à porta das igrejas, durante a qual o condenado reconhece solenemente sua culpa (Foucault, 2014, p. 45).

A condução das perguntas feitas pela repórter não põe em tela o abandono, a violência e humilhação que recai sobre o corpo das mulheres negras encarceradas e de Miguel, a atração televisiva se *esquece* que os atos



cometidos pelas entrevistadas é sintoma de uma sociedade onde o que impera é a política de negação dos corpos negros. O programa, no presídio feminino, é conduzido de modo a transformar as entrevistadas em defensoras de seu próprio cárcere a partir de uma entrevista enviesada.

CONSTRUÇÕES NARRATIVAS EM TORNO DO ARREPENDIMENTO MASCULINO

As entrevistas no presídio Geraldo Beltrão inicia com a imagem de um corredor amarelo com celas abertas e mãos para o lado de fora, com esse cenário surgem vozes falando: “Esse lugar aqui não é lugar para ser humano não”; “Ele entra um cara bacana e às vezes sai pior que o que é”; “Ou você pula o muro ou você se mata”; “Eu cometi seis crimes e, porém, eu estou pagando por esses seis crimes”, com o final das falas surge a voz de Gonçalves: “Quem tira uma vida ou várias, vai amargar longos anos na cadeia”.

Em contraste com o que é feito no presídio Maria Júlia Maranhão, no presídio masculino os homens podem falar por eles próprios, não há narração de Thaíde ou de Mariana os adjetivando. Servindo como exemplo, a entrevista com Ivanildo, homem condenado a 123 anos e 9 meses de prisão por conta do crime de homicídio, nos conta o entrevistado que foi: “condenado mais pela fama, por ouvir falar que eu sou o cara que fazia homicídio”. A conversa com o entrevistado ocorre na cozinha, ao fundo há um rádio tocando música evangélica, e ele *pode dizer* ao telespectador que: “Eu cozinhava na rua, mas lá em casa, fazendo um arroz, um ovo mexido. Quando cheguei aqui na unidade penal, teve um curso, me aperfeiçoei mais e hoje em dia cozinheiro para 270 apenados.”, ele aproveita para falar sobre o fato de ter aprendido a ler no cárcere: “Quando fui preso eu era analfabeto, eu nunca tinha estudado na rua não. Começaram a dar aula na penitenciária e eu aprendi a assinar meu nome dentro dela, aprendi a ler dentro dela”.

Ao entrevistado é possível construir uma imagem diferente em relação às mulheres e a Miguel. Falar sobre o progresso dentro do cárcere, dizer que

medita na palavra do senhor e que está pagando pelos atos cometidos ecoa de modo a mostrar que o entrevistado está arrependido dos atos cometidos e está disposto a recomeçar.

Na sequência, a entrevista passa a ser feita com o “Gavião”, condenado a 84 anos de prisão por 5 homicídios. Da mesma forma que na entrevista anterior, o entrevistado está do lado de fora da cela, o repórter questiona se o entrevistado pode dizer como foi a sua prisão, então Gavião diz que: “Foi por causa do meu pai. Mataram. Dali eu não pensava, vou matar esse pessoal, pois no interior há essa ignorância de vingança, né?”. Mais uma vez, questiona o repórter: “Depois de ter matado 5 homens que mataram o pai do senhor, o que o senhor sentiu?”, então o entrevistado responde que: “Eu me senti aliviado, depois dali eu podia morrer, fazer qualquer coisa que é quiném digestório do matuto”. No decorrer da entrevista o repórter pergunta a Gavião se ele considera a pena dele justa: “Eu acho que foi, *porque eu não errei*. Cabra errando tem que pagar pelo erro” (grifo meu).

Nos comentários do *Youtube* o ato cometido por Gavião e sua consequente prisão é injusta: “O cara que vingou a morte do pai foi preso, isso foi injustiça sim.”, outro alega que os crimes cometidos pelos homens são: “Por motivo de honra, vingar o pai, a esposa, filho. Nesse caso é difícil dizer que não faria o mesmo”.

A construção narrativa que o programa faz dos homens encarcerados: sujeitos em transformação, cujas trajetórias dentro da prisão são marcadas por aprendizado, trabalho e arrependimento, não apenas revela uma escolha editorial, mas está ancorada em uma estrutura mais profunda de gênero e poder. A criminologia feminista evidencia que essas distinções não são inocentes: operam como parte de uma lógica que reconhece no homem o potencial para a reintegração, enquanto nega à mulher — especialmente à mulher negra — essa mesma possibilidade. Como analisa Wacquant (2001, p. 44), o sistema penal articula discursos de disciplina e regeneração que, ao recaírem seletivamente sobre determinados corpos, reafirmam fronteiras de valor humano.

Se pensarmos com Rita Segato (2021, p. 298), então o que o programa faz é reforçar “a ‘colocação à parte’ (*segregare*) de uma categoria indesejável, percebida como provocadora de uma dupla ameaça, inseparavelmente física e moral”. Vejamos bem, minha linha argumentativa não é no sentido a negar as violências produzidas pelo programa no corpo-negro-consciente-encarcerado, antes de tudo é mostrar que a violência que recai sobre as mulheres entrevistadas é muito maior, isso a partir do momento em que para elas não é permitido construir uma narrativa própria, falar sobre os arrependimentos, sobre o que aprenderam dentro do presídio ou se suas sentenças são adequadas. E isso é revelador de uma sociedade racista que tem como base uma estrutura patriarcal, nesta as mulheres negras estão à margem da margem. A tentativa de mostrar uma imagem outra ao público não é acolhida pelo programa.

Essa assimetria se aprofunda quando observamos como o silêncio sobre os crimes dos homens funciona como uma forma de apagamento das causas estruturais da violência. Ao omitir perguntas sobre o delito, a narrativa desloca o foco para a redenção e reforça o ideal do sujeito que se reabilita por mérito próprio. Já no caso das mulheres, o que está em jogo, como aponta Heleieth Saffioti (2004, p. 121), é a transgressão de papéis sociais normativos: à mulher é exigido não apenas o cumprimento da lei, mas também a obediência ao papel de cuidadora, dócil, maternal. Ao falhar nesses papéis, sua punição simbólica se intensifica e a narrativa midiática apenas dá forma a essa punição, repetindo o gesto de um sistema que a recusa como sujeito legítimo.

Complementando essa crítica, Rita Segato (2003, p. 78) argumenta que o crime cometido por uma mulher é lido como uma falha ontológica, uma ruptura com a ideia de feminilidade que sustenta o pacto patriarcal. No programa analisado, isso se materializa na ausência de um vocabulário que reconheça a complexidade das histórias das entrevistadas: não há espaço para nuance, para contexto ou para subjetividade. Essa lacuna discursiva reafirma o lugar da mulher negra encarcerada como um “desvio completo”,



cuja única função narrativa é confirmar sua própria monstruosidade. Assim, a criminologia feminista ajuda a iluminar o que está em jogo na diferença entre perguntar a um homem o que ele aprendeu e perguntar a uma mulher todos os detalhes do crime que cometeu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As entrevistas realizadas no presídio Maria Júlia Maranhão, conduzidas por Mariana Weickert giraram no sentido de fazer com que as entrevistadas entrassem em detalhes dos crimes cometidos e que demonstrassem não ter arrependimento acerca dos atos cometidos. Desconsiderar as “circunstâncias” que conduziram as entrevistadas para detrás dos muros das prisões, é uma forma de vincular a ideia de que no Brasil não existe racismo, ou seja, não põe em conta que no país a

constituição de um capital racial positivo para a população branca e um capital racial negativo para a não branca, é o eixo gravitacional do padrão de colonialidade e, como tal, permite, dentro do ordenamento policial-jurídico, “guetificar”, prender diferenciadamente e assim expulsar quem traz a marca dos povos conquistados (Segato, 2021, p. 299).

Essa vinculação do programa é fundamental para que as entrevistadas sejam invocadas somente a relatarem sobre seus atos, ao passo que as do Estado brasileiro permanecem intocadas, o debate não resvala para o caráter infrator que não cumpre sua obrigação de aplicar a lei de forma igualitária, o Estado brasileiro é insolvente, pois não se presta a honrar os acordos humanitários dos quais é signatário.

Acentuar os atos cometidos pelas entrevistadas é a forma que utiliza o programa para criar um distanciamento, impedir que a mulher racialmente estigmatizada construa uma imagem positiva de si, a ela não é possível almejar a potência de sua existência. Isso gera um desespero no sentido da desvinculação com a racialidade a que pertence, porque “qualquer grupo precisa de referenciais positivos sobre si próprio para manter a sua autoestima, o seu autoconceito, valorizando suas características e, dessa forma, fortalecendo o grupo”, nesse sentido, é notável o programa além de



fornecer contribuição que impede o fortalecimento da autoimagem da mulher negra, empreende esforço para impedir o sonhar do grupo.

O sonhar coletivo é uma potência política que sustenta a identidade, a resistência e a continuidade de um grupo racializado. No entanto, quando o discurso em “A Liga” insiste em representar a mulher negra encarcerada como perigosa e desprovida de humanidade, ele atua diretamente sobre essa potência, bloqueando a produção de imaginários positivos sobre o grupo. Como aponta Rita Segato (2003, p. 78), o projeto punitivo não se limita ao corpo individual: ele estigmatiza coletividades, impedindo que se reconheçam como dignas de afeto, reparação ou futuro. Assim, o programa não apenas apresenta uma história isolada, mas contribui para uma construção simbólica que afeta todas as mulheres negras, comprometendo sua autoestima, o senso de pertencimento e o direito de imaginar outros destinos possíveis.

Portanto, quando dentro do presídio feminino, Mariana inicia a entrevista com um grupo de quatro mulheres e com Miguel, a entrevistadora remonta a um passado que conduziu as pessoas entrevistadas à prisão e acentua o fato de que vivemos em um país onde o que impera não é a igualdade dos corpos, contudo o ultraje em relação a corpos negros que têm que ser mantidos longe da “civilização”.

Já no presídio Geraldo Beltrão, Gonçalves conduziu a entrevista de forma que as perguntas não tivessem interesse em saber detalhes de como os crimes ocorreram, na penitenciária masculina o desejo foi de entender as mudanças pelas quais passaram os entrevistados, assim eles tiveram espaço para falar sobre o processo de alfabetização, sobre arrependimento, ou seja, mostrar um lado que às mulheres não foi permitido.

REFERÊNCIAS

ALVES, Dina. **Rés Negras e Juízes Brancos**: uma análise interseccional das práticas jurídicas e dos mecanismos de controle do Estado. Campinas: PUC-Campinas, 2018.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Psicologia social do racismo**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BRASIL. **Secretaria Nacional de Políticas Penais – SENAPPEN. Relatório de Informações Penais – RELIPEN.** Brasília, 2 sem. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios>. Acesso em: 18 fev. 2025.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida.** São Paulo, Brasil: Jandaíra, 2020.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/com-apenas-17-de-juizes-e-juizas-pretos-equidade-racial-segue-distante-na-justica-brasileira/>. Acesso em: 25 fev. 2025.

DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?** Rio de Janeiro: Difel, 2018.

DESPENTES, Sabrina. **Teoria King Kong.** São Paulo: n-1 edições, 2016.

DORIGNY, Marcel. **As abolições da escravatura: no Brasil e no mundo.** São Paulo: Contexto, 2019.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Tradução de Raquel Ramalhe. Petrópolis: Vozes, 2019.

KEHL, Maria Rita. **Ressentimento.** São Paulo: Boitempo, 2020.

MBEMBE, Achille. **Políticas de inimizade.** São Paulo, SP: N-1 edições, 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

RIBEIRO, Renato. **Estudo: 70% da população carcerária no Brasil é negra.** Agência Brasil, Brasília, 19 jul. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/direitos-humanos/audio/2024-07/estudo-70-da-populacao-carceraria-no-brasil-e-negra#:~:text=Dos%20mais%20de%20850%20mil,Anu%C3%A1rio%20Brasileiro%20de%20Seguran%C3%A7a%20P%C3%ABlica>. Acesso em: 18 fev. 2025.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Expressão Popular, 2004.

SANTOS, Ynaê Lopes. **Racismo brasileiro: uma história da formação do país.** São Paulo: Todavia, 2022.

SEGATO, Rita Laura. **As estruturas elementares da violência: ensaios sobre gênero entre o crime e o castigo.** 1. ed. Brasília: UNB, 2003.

SEGATO, Rita. **Crítica da colonialidade em oito ensaios: e uma antropologia por demanda.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.



DIREITOS HUMANOS
E TRANSDISCIPLINARIDADE

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

